

EDUCAÇÃO DE JOVENS-ADULTOS: FUNDAMENTOS PARA UMA PRÁTICA DE AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

Alba Cleide Calado Wanderley*

No contexto da educação de jovens-adultos encontramos uma diversidade de grupos de jovens e adultos com características bem definidas. Independente de onde a educação de jovens e adultos (EJA) esteja sendo desenvolvida, esses grupos em sua maioria possuem caracteres bem semelhantes. Por exemplo, são compostos em grande parte por jovens mulheres e homens, em condições menos favorecidas economicamente, com histórico de dupla jornada de trabalho, muitas vezes já mantenedores de famílias ou grandes responsáveis pelas demandas financeiras do lar em que co-habitam com outros familiares. Essas características, aliadas aos inúmeros outros tipos de dificuldades em concluir os estudos em período regular, repetem-se na história de vida da maioria dos nossos jovens e adultos brasileiros.

No entanto, embora sejam sujeitos com sua escolarização tardia ainda em formação, são pessoas cheias de vida, com experiências diferenciadas que precisam ser apreciadas e valorizadas. Cabe mencionar especialmente, que esses jovens e adultos são em sua maioria constituídos de membros pertencentes a uma parcela específica da população brasileira, os afrodescendentes, herdeiros de uma história de lutas e resistências.

Assim, esse artigo pretende compreender a Educação de Jovens e Adultos como espaço de relações étnico-raciais e de afirmação de sua identidade afrodescendente como direito, já que os afrodescendentes, pela sua história de vida, estão exatamente mais aglomerados nas camadas menos favorecidas, que precisam abrir mão dos estudos cedo, para poder garantir a sobrevivência da família. E não é este um dos grandes motivos dos jovens e adultos da EJA? Então, de quem estamos falando, de jovens e adultos, ou de afrodescendentes? Estamos falando de ambos. As pessoas que não conseguiram terminar os seus estudos no período regular são em sua maioria afrodescendentes, com uma história política, econômica e social que as precede, e isso não pode ser esquecido, muito menos escondido ou negado.

* Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da UFPB; Professora da Universidade Federal de Campina Grande (CDSA-Sumé); amoroma44@hotmail.com

O ser jovem e adulto

A educação para jovens e adultos em ensino regular é uma, sabemos que, quando estes voltam para a sala de aula, para dar seguimento aos seus estudos que não foram possíveis concluir em período regular, merecem atenção redobrada. Logo, o processo de ensino-aprendizagem voltado para este grupo precisa ser outro. Isso também é indiscutível e não é novidade! O que muitos não consideram é que eles/as travam uma luta pessoal muito grande quando resolvem re-tomar suas atividades estudantis. São os deveres e as obrigações do dia-a-dia versus a formação estudantil, enfrentando o medo de fracassar, a ansiedade por começar e concluir, a perspectiva da melhora de vida econômica a partir da conclusão dos estudos.

Tantos fatores diferenciados e com influência tão grande na decisão de vida desses afrodescendentes de se re-integrar e de permanecer em sala de aula que exigem um redimensionamento do sistema educacional brasileiro. Assim, a educação deve propor uma nova chance para esses sujeitos, e agora, uma formação que assegure a afirmação identitária, além de servir como reparação da dívida sócio-histórica com a população negra.

No entanto, é esse ser jovem e adulto, revestido de outras experiências de vida, e com tantos motivos para re-começar a sua formação estudantil, disposto a crescer, que Cury (2001) escreve com tanto carinho:

Você, minha prezada jovem, meu caro jovem, você, meu senhor, sejam bem-vindos à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Provavelmente vocês foram, um dia, à escola. A esperança de concluir um curso os animava. Contudo, fatores adversos fizeram com que vocês não pudessem terminar a sua escolarização. Para uns, foi a necessidade do trabalho precoce, para outros foi a falta de condições materiais e para muitos a própria escola não foi capaz de retê-los estudando. Para vocês, agora há a alternativa da Educação de Jovens e Adultos como um recomeço deste importante instrumento de cidadania: a educação escolar. Vocês estão sendo convocados a completar seus estudos um dia interrompidos.

Você, meu prezado jovem, você minha querida senhora, talvez não tenham ingressado na escola na idade apropriada de sua infância e adolescência. Certamente isto representa para vocês uma grande lacuna. A Educação de Jovens e Adultos será para vocês um novo começo quando vocês mesmos já viveram muitas e muitas experiências. Vocês estão sendo convidados a reparar este vazio que lhes preocupa. A Educação de Jovens e Adultos não é

um presente que um padrinho lhes dá e nem um favor que um amigo lhes faz. **Ela é um direito de vocês** (grifos do autor) (CURY, 2001).

Percebemos o cuidado com que o autor se volta a esse alunado, estimulando-os a prosseguir, a dar vazão a sua capacidade cognitiva e a fazer isso com certo/a de que é seu direito, e que tem valor.

Mas, essa valorização do seu ser jovem ou adulto, além de estar instalada na base desse direito, também diz respeito à forma como ele/a vê, *percebe e concebe a si mesmo* como pessoa de valor e capaz. O ser jovem e adulto, precisa encarar essa sua condição como ponto de partida. E como fazer isso? Considerar e valorizar o que ele/a já possui.

Valorizando sua herança étnica

Dentre os elementos que o ser jovem e adulto precisa valorizar, encontra-se sua capacidade de avançar como estudante, sua experiência de vida adquirida até então, valores aprendidos, função, profissão, entre outros. Mas, no afã de tantos itens, não podemos esquecer de onde vem em sua maioria, ou seja, quem são! Estes/as jovens adultos; são em grande parte afrodescendentes, e essa herança genética tão rica culturalmente e que tanto contribuiu para o desenvolvimento do Brasil, precisa ser trabalhada junto a eles, na perspectiva da valorização.

A educação de jovens e adultos tem uma longa trajetória, no entanto, ainda há a necessidade de re-visitar essa discussão e trazer-la há aspectos mais cotidianos, como a questão da afrodescendência nela inserida. No que diz respeito às questões étnico-raciais, pouco é discutido em relação a EJA, quando sabemos que muitos dos alunos e alunas desta são oriundos das camadas menos favorecidas de nossa sociedade, que estão cotidianamente rodeados por questões outras ao nível da sexualidade, violência, do trabalho, da família, que agem diretamente nas suas escolhas de vida. Esses sujeitos precisam conhecer e valorizar sua identidade e herança afro, e onde isso como a ser trabalhado? Na escola!

Silva (1995, p. 105) diz que

A escola é uma instituição reprodutora das relações assimétricas existentes na sociedade; sendo assim, possui um poder limitado no que tange à resolução de problemas originados pelas relações interétnicas conflitivas e, a nível de recursos humanos, uma das limitações da escola se situa na formação precária dos professores no que se refere às questões étnicas.

Mas, isso significa justamente que ela, a escola, como espaço político, deve superar suas limitações ainda vigentes e buscar, enquanto instância formadora do educando, assumir sua identidade étnica. Entendendo essa educação, como um processo de recuperação de algo não aprendido no momento adequado, necessitamos de uma escola que aponte propostas que enfatizem as especificidades dos sujeitos que querem aprender nessa etapa da sua vida.

Por isso, a escola deve se prestar ao papel de escutar as necessidades e experiências em relação a esse tempo de ser jovem e adulto, ser afrodescendente, ouvindo as especificidades do seu momento de vida, enquanto sujeito histórico.

Ao adentrar a adolescência, muitos jovens já começam a ser questionados por seus familiares, sobre sua necessidade de colaborar com a renda familiar. Filhos de famílias em sua maioria de baixa renda, os jovens-adultos entram no limiar da dúvida de: trabalhar para ajudar a família, ou estudar e garantir melhores condições futuras? A necessidade de optar pelo rendimento financeiro ganha, na maioria das vezes. Assim, quando percebem que é também preciso ter qualificação e boas condições de estudo para galgar melhores espaços de trabalho, esse mesmo sujeito jovem e adulto, volta para o espaço escolar, agora, com a preocupação com o 'seu tempo' de direito, antes não existente.

No entanto, o desejo de aprender a ler, a escrever e a afirmar-se com e no mundo tem impulsionado jovens e adultos afrodescendentes em diferentes localidades brasileiras a retornarem a escola. Essa busca por aprender revela os sonhos e segredos guardados há anos por esses sujeitos. Assim, as carências escolares se entrelaçam com inúmeras carências sociais. São direitos denegados; denegação até do direito de ser jovem-adulto. O direito a educação é um dentre outros direitos garantidos, porém, só efetivado no Brasil no "cidadão de papel", fruto de uma Constituição ainda embebida pelos ideais liberal-burgueses.

Sendo assim, entendemos que esses problemas estão presentes na educação de jovens-adultos, agem nesta e fazem com que as mudanças em prol da mesma, sejam tão demoradas. Podemos entender a educação de jovens-adultos como,

processos, políticos e práticas educacionais voltadas para a juventude e para a vida adulta, realizados dentro e fora do contexto escolar. Trata-se, portanto, de um conjunto de práticas, vivências e propostas que lidam diretamente com a construção social, histórica e cultural das categorias de idade (GOMES, 2005, p. 87).

A partir da plasticidade desse entendimento e da prática da EJA, podemos compreender todos os entrelaçamentos que perpassam no cotidiano da mesma, fazendo com que não possa mais ser percebida como escolarização. Se indagarmos o que é EJA? Responderíamos que é alfabetização de jovens e adultos na perspectiva de resgate da escolarização. Mas, não é só isso! São todos os problemas do tempo de vida e de direitos dos jovens-adultos, seus ganhos, renúncias, escolhas, incertezas, ou seja, resumir apenas a questão da alfabetização é estreitar a educação de adultos a um processo de parede escolar.

A EJA precisa visar a promoção e a ascensão crítica do educando, a valorização e a garantia de ser jovem-adulto. Assim, a sexualidade, a raça, o desemprego e a violência devem fazer parte do processo e das dimensões integrantes da EJA.

As diferenças etnico-raciais na EJA

Pensar a realidade da EJA, hoje, é pensar a realidade dos jovens e adultos, em sua maioria negra, desempregados, vítimas do processo de marginalização social. Os espaços da EJA precisam ter conhecimento de que seus alunos, jovens e adultos, são oriundos de espaços sociais múltiplos, revestidos de situações de violência, droga, prostituição, crime, desemprego, opressão, preconceito, podendo ser entendidos como armas simbólicas de um viver sofrido, que forma e ao mesmo tempo, deforma, mentes e corpos juvenis.

O que fazer? Como agir? O movimento negro vem despertando a sociedade brasileira para a desigualdade com que tratam as diferenças raciais, presentes também nos espaços escolares. É necessário incluir a questão racial nas discussões da EJA, das universidades, dos cursos de formação de professores, nas políticas públicas em geral.

Muitos professores da EJA ou das universidades percebem a inclusão da questão racial como um tema a ser discutido nos horários “vagos” ou uma disciplina apenas inerente ao currículo do Curso de História, não enxergando como uma discussão que abrange o campo da educação como um todo.

Diante disso, a realização de uma proposta pedagógica que valorize a questão etnico-racial nas práticas educativas da EJA é eminentemente urgente, que evidencie a necessidade de desconstruir os preconceitos e equívocos criados historicamente, pois,

ao mesmo tempo em que se faz necessária a luta pela inclusão pedagógica dessa questão nos currículos e práticas de EJA, é necessário reconhecer que a questão racial já está presente na EJA por meio dos sujeitos que participam das práticas educativas voltadas para jovens e adultos pobres do nosso país (GOMES, 2005, p. 92).

A identidade dos jovens-adultos que participam do processo de ensino-aprendizagem não está formada, passa por um processo de construção, onde estão todos os estigmas, historicamente, definidos e herdados de uma consciência colonial e escravocrata que se reproduz nos espaços escolares. Aliados a isso, o contexto social fornece as condições para os variados modos e alternativas de identidade. Para Hall,

a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2005, p. 38).

Dessa forma, é preciso que a EJA e as universidades reconfigurem seus projetos pedagógicos para atenderem aos desafios de construirmos uma sociedade igualitária, que não menospreze o outro pela sua cor, raça, classe ou geração. Temos que inventar uma outra cultura acadêmica e escolar que valorizem o ser jovem, ser adulto e ser afrodescendente. Que revele a possibilidade de apropriação e afirmação identitárias desses sujeitos.

Para Freire (2003), a identidade é um construto social que está sendo reinventado, renovado e construído. Em sua visão, a educação proporciona aos afrodescendentes, enquanto seres criativos e históricos, a possibilidade de transformarem o mundo e construírem suas identidades nele e através dele, imprimindo-lhes novos sentidos.

Nesse sentido, a construção da identidade dos jovens-adultos afrodescendentes da EJA está relacionada com o tipo de tratamento que recebem ao longo de sua história de vida. Vivemos em uma sociedade ainda racista, onde o que prevalece é o modelo europeu. Esse processo bastante conflituoso contribui para que muitos afrodescendentes construam uma imagem negativa de si, o que certamente compromete/condiciona a construção de sua identidade, mas não a determina.

Podemos, através de um tipo de educação que valorize o sujeito, independente de sua classe social, econômica, de sua raça, geração, opção sexual, ou outro, que tenha o diálogo

como mediador de uma relação libertadora/transformadora, construir uma escola da EJA que possa atender as necessidades do tempo de ser jovem-adulto, negro, pobre e trabalhador. Não podemos esquecer que o ingresso do negro na escola também foi pensado bem tarde, às vésperas da abolição da escravatura, e isso gerou uma dívida social enorme para com os afrodescendentes. Dívida que ainda lutamos para mudar!

Os abolicionistas defendiam como forma de integrar o negro à sociedade o ingresso na educação. Ainda assim, esse ingresso não foi pensado como garantia de igualdade de direitos, mas, inclusive, como forma de controle, conforme explicita Nascimento em seu texto sobre Rui Barbosa:

Que haveis de oferecer a esses degradados, que vão surgir da senzala para a liberdade? O batismo da instrução. Que reserveis para sustentar as forças produtoras, esmorecidas pela emancipação? O ensino, esse agente invisível que, centuplicando a energia do braço humano, é sem duvida a mais poderosa das máquinas de trabalho (NASCIMENTO, 1997, p.123).

A educação do negro se tornava necessária como estratégia de dominação. Importante ressaltar, que a preocupação com a educação do escravo centrava-se sobre as conseqüências com as relações de produção e não necessariamente com a integração do negro na sociedade brasileira. Em outras palavras, a preocupação não era com o futuro dos africanos a serem libertos, mas com a manutenção da ordem produtiva. Hoje, com o perfil que apresenta a EJA, em plena República, não estamos distantes desse discurso de ordem produtiva da escola colonial/imperial. Portanto, senão repensarmos a EJA corremos o risco de fazer uso das mesmas práticas.

A escola da EJA, que almejamos, deve ser um espaço que valorize o sujeito, promova a conquista de direitos iguais, a ação cidadã, e uma consciência crítica do *eu*, com vistas ao bem comum.

Dessa forma, é imprescindível que a EJA, seja capaz de fazer com que os alunos/negros busquem maneiras de articular seu senso de negritude em um plano de ação e de compromisso como participantes de um grupo social que não se referencie no preconceito e na condição de oprimido (FREIRE, 1992), mas, busque construir e conquistar espaços que comecem na escola e lhes assegurem o direito de viver dignamente.

Em suas reflexões, Brandão (1995) entende que os membros de um grupo não são vistos como determinados, definitivamente, por sua vinculação etnico-racial, pois eles são os

próprios atores que atribuem uma significação a essa vinculação, em função da situação relacional em que se encontram. Devemos considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas culturais que são socializadas, de forma que, não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a outrem.

Essa ideia de pertencimento a um grupo, colabora para a superação dos espaços de exclusão, pois os alunos/negros da EJA poderão questionar o modelo imposto, fortalecendo os seus laços ancestrais, constituindo-se enquanto militantes de movimentos negros, associações negras ou acadêmicas que reconheçam a cultura negra. Acreditamos que essas ações colaborem para que o afrodescendentes construa a consciência de que é vítima de um estigma milenar, considerado diferente e, assim, deve sentir-se impelido a procurar as mesmas condições de direitos do homem branco.

Segundo Gonçalves e Silva (2000), desde o início do século XX, as associações negras desenvolveram estratégias e práticas educativas em prol da comunidade negra. Os jovens-adultos impedidos e excluídos do sistema escolar faziam parte do conjunto de preocupações dessas organizações. O que nos conduz a entender que não são apenas os espaços das escolas noturnas da EJA que podem promover esse tipo de educação e de discussão, haja visto, que as associações negras, irmandades e movimento negro, além de denunciarem o racismo, visam chamar a atenção do Estado para a prioridade da educação pública popular e dos processos educativos da população negra, não se limitando apenas à escolarização, mas, estendendo-se a dignidade de viver como qualquer outro cidadão.

As políticas públicas direcionadas a EJA e as práticas do EJA terão que possibilitar a discussão sobre as questões étnico-raciais e focalizar o jovem-adulto no seu tempo de direitos. Na verdade, é necessário repensarmos e reconfigurarmos a EJA, pois não é a mera inclusão da discussão sobre as questões étnico-raciais, nesse espaço sócio-educacional, que sozinha, será capaz de resolver os problemas do tempo de ser jovem-adulto.

O Estado através das políticas públicas cria alguns espaços para a EJA, mas pouco está fazendo. Os movimentos negros lembram outra questão: *as trajetórias desses jovens-adultos são trajetórias coletivas*. São trajetórias coletivas de denegação de direitos, de exclusão e marginalização; conseqüentemente, a EJA tem de ser caracterizar como uma política afirmativa de direitos coletivos sociais, historicamente denegados.

Defendemos que a reconfiguração da EJA tem que partir do reconhecimento da especificidade, ou seja, dos jovens-adultos, especialmente, com suas trajetórias de vida, sua participação social e cultural. Ainda é preciso considerar, sua história de vida e as formas complexas/preconceituosas que marcam os desligamentos escolares. É necessário que as políticas públicas e as práticas da EJA defendam os tempos de direitos coletivos dos jovens-adultos com variados perfis. Afinal, o que se pretende e se aprende na educação de jovens-adultos, senão educá-los também para essa luta pelos seus direitos?!

Dessa forma, pretende-se também uma nova sociedade, diversa culturalmente sim, mas, com um olhar acolhedor/respeitador a essa diversidade. Se o projeto pedagógico da EJA não seguir os princípios dessa educação que se pretende libertadora, transformadora, e conscientizadora, numa perspectiva democrática, a EJA não estará se pretendendo na verdade a nada. Presta-se apenas a campanhas passageiras “mobralescas” e a processos de aceleração escolar, com educandos alienados e oprimidos por uma classe economicamente opressora.

Sem libertar, transformar e construir, o jovem-adulto de hoje estará fadado a repetir caminhos de ontem, impedido de alçar vôos mais altos no campo do conhecimento e do mundo. É fundamental que o trabalho de reconfiguração da EJA reconheça as diferenças etno-raciais, permitindo que seus sujeitos situem-se num processo humanístico, no qual o reconhecimento do outro deve passar, necessariamente, pelo amplo respeito aos seus próprios direitos como pessoa. Nesse sentido, os estudos da história africana, como sugere a Lei 10.639/03, podem permitir que os alunos e professores reflitam a partir de suas próprias vivências sociais e do estudo de outros povos e culturas, sobre a questão da ética, dos princípios humanísticos, dos Direitos Universais do ser Humano.

Para isto, é preciso que o professor repense sua prática pedagógica, seu compromisso com a educação, bem como reconhecer a necessidade de uma formação voltada para as questões etno-raciais, aprimorando o seu dizer sobre. Nesse raciocínio concordamos com Nóvoa, quando diz:

As práticas de autoformação; a construção de narrativas sobre as nossas próprias histórias de vida pessoal e profissional; a necessidade de cada um adquirir uma maior consciência do seu trabalho como educador. [...] A necessidade de elaborar um conhecimento pessoal (um autoconhecimento) no interior do conhecimento profissional e captar (de capturar) o sentido de uma profissão que não cabe apenas numa matriz técnica ou científica (NÓVOA, 2004, p. 21-22).

Ou seja, o educador precisa ser capaz de rever, continuamente, suas próprias bases de informações e conhecimentos, e fazer destas um aporte a novas idéias.

Trilhas para a reconfiguração da EJA

É eminentemente necessário o reconhecimento estatal da EJA em todos os seus aspectos, como também a participação da sociedade nesse processo educativo e emancipatório, visando reconfigurá-la como uma responsabilidade pública e de todos, com caráter de urgência para com as camadas populares.

Contudo, reconfigurar a EJA somente pelo aspecto da política afirmativa não basta! É essencial pensar a construção da educação de jovens-adultos centrada nos direitos dos sujeitos. Implica também, (re) significá-los como portadores de direitos inalienáveis, à vida, à liberdade e à educação durante toda vida! Recuperando assim, o foco na educação. Não é ensino, é educação de jovens-adultos nos seus tempos. A partir dos saberes, conhecimentos, interrogações e significados que aprenderam em suas trajetórias de vida, fazendo destes pontos de partida para uma pedagogia que se paute no e pelo diálogo, entre os saberes escolares e os saberes sociais.

Devemos assumir a EJA numa perspectiva de uma educação libertadora, fazendo uma interpretação das intrincadas trajetórias de vida e luta desses educandos como um ato político em prol do exercício de sua emancipação.

Não obstante a isso, somente com essa concepção de educação libertadora acreditamos ser possível enfrentar todas as adversidades que permeiam os espaços e as práticas da EJA. É necessário também investirmos nas políticas de formação de professores para a EJA, que se sensibilizem com a questão étnico-racial e com a desigualdade social, assumindo o compromisso com a transformação não só do sujeito no processo educativo, mas com mudanças sociais.

Considerações Finais

Na realidade, no contexto da EJA encontramos jovens-adultos que experimentam dificuldades de convivência étnico-racial e cultural. Partindo dessa problemática da sala de aula que gira em torno de preconceitos, ansiedades e medos, o educador precisa lançar mão de diferentes modos de pensar, apoiados no reconhecimento das diferenças e diversidades como ricos atributos do outro. Ou seja, é preciso sair do discurso que humilha, que isola, fere, degrada e segrega, o *outro*, e partir para a aceitação, reconhecimento e respeito.

Para isso, há que se investir em práticas educativas que promovam esses novos modos de agir, há que se divulgar mais as associações negras e difundir o Movimento Negro no Brasil, pois, estes promovem a sensibilizam o respeito a questão étnico-racial, para além da tolerância ao *outro*.

As demandas por ampliação do sistema educativo, especialmente da EJA, por mais verbas e mais acesso, tendem a predominar nas políticas dos governos, tanto no nível federal quanto nos estaduais e municipais. O problema é que, esse tipo de política oculta e adia a necessidade de usar melhor os recursos existentes, bem como de rever suas práticas de investimento político na educação.

É necessário reinventarmos a EJA! Pensamos que a construção dessa identidade de jovem-adulto-negro, da qual a escola faz parte, e que se dá no âmbito de suas relações em tempos e espaços distintos, construídos por meio das memórias-culturais de um povo, e suas relações cotidianas presentes - e de seus ancestrais -, denotam que ser jovem-adulto-negro é viver um tempo a mais para a educação, que embora tardia, não representa inferioridade, mas sim, a necessidade de bem saber para bem dizer e representar o seu povo! Ser jovem-adulto e afrodescendente, é viver na berlinda do ser, é lutar continuamente pelo poder de dizer-se negro, a qualquer custo.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular**. São Paulo: Cortez, 1995.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Caros colegas de trabalho, prezadas professoras, alunos e alunas da Educação de Jovens e de Adultos (EJA)!** Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2001/eja/ejatxt1.htm>. Acesso em 01/10/2009

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação de Jovens e Adultos e questão racial. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; GONÇALVES E SILVA, petronilha Beatriz. **Movimento Negro e educação**. In: revista de Educação. Rio de Janeiro, n. 15, set/out/nov/dez/, 2000.

NASCIMENTO, Terezinha. **Pedagogia Liberal modernizadora: Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira republicana**. Campinas: Autores associados/UNICAMP, 1997.

NÓVOA, António. Currículo e docência: a pessoa, a partilha, a prudência. In: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; GONSALVES, Elisa Pereira; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Currículo e contemporaneidade: questões emergentes**. Campinas: Alínea, 2004.

SILVA, Consuelo Dores. Negro, qual é o seu nome? Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL